



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

SENTENÇA

Processo nº: **0007887-35.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Banco Mercedez Benz do Brasil Sa**
 Requerido: **Poliferro Comercio de Ferro e Aço Ltda**

Juiz de Direito: Dr. **Paulo César Scanavez**

Banco Mercedez-Benz do Brasil S.A. move ação em face de **Poliferro Comércio de Ferro e Aço Ltda**, dizendo que celebraram contrato de abertura de crédito fixo BNDES – PSI – INAME, para a aquisição do veículo Mercedez Benz, caminhão, ano de fabricação 2010, modelo 2011, ATEGO 2425 – 6X2 – 3e dies. 2P básico, placas DVS-8909, cujo contrato está datado de 09/02/2011 é de nº 9190138732. A ré obrigou-se a pagar o financiamento em 60 parcelas, a primeira em 10/5/2011 e a última em 15/02/2016. A ré deixou de pagar as parcelas vencidas de 16/11/2012 até 15/02/2013, bem como as vencidas antecipadamente, totalizando o débito R\$ 140.007,80. A ré foi constituída em mora e não pagou e nem lhe restituiu o veículo dado em garantia fiduciária. Pede procedência da ação para ser consolidada em seu favor a posse e domínio do bem, imputando os ônus da sucumbência à ré. Documentos às fls. 13/31.

A liminar de busca e apreensão foi cumprida à fl. 42. A ré foi citada à fl. 43. Não houve contestação. A ré pediu às fls. 47/48 a devolução dos acessórios ali mencionados. A autora trouxe o documento de fl. 76 comprovando ter entregue à ré os acessórios.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso II, do artigo 330, do CPC. A ré foi citada e não contestou, recolhendo os efeitos da revelia, isto é, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

O contrato de abertura de crédito fixo firmado entre as partes consta de fls. 13/28. A ré deixou de pagar as prestações especificadas à fl. 29. Foi notificada às fls. 29/30 nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969 e Súmulas 72 e 245 do STJ.

A ré não purgou a mora e nem restituiu à autora o veículo dado em garantia fiduciária, cometendo esbulho possessório, motivo pelo qual o pedido inicial é procedente.

JULGO PROCEDENTE a ação para consolidar em poder da autora a posse direta e o domínio pleno do veículo dado em garantia fiduciária, tornando definitiva a busca e apreensão de fl. 42, ficando eliminado todo e qualquer gravame incidente sobre o veículo. Compete à autora providenciar na CIRETRAN o cancelamento do gravame e de eventual bloqueio administrativo. Condeno a ré a pagar ao autor, R\$5.000,00 de honorários advocatícios, arbitrados em conformidade com o § 4º, do art. 20, do CPC, custas do processo e as de reembolso. Depois do trânsito em julgado, a serventia intimará o exequente para, em 10 dias, formular o pedido de cumprimento da coisa julgada material (ônus da sucumbência), nos termos do art. 475-B e J, do CPC. Caso o autor deixe de fazê-lo, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, ressalvando ao autor o direito de, a qualquer momento, propor execução fundada em título executivo judicial.

P.R.I.

Sao Carlos, 01 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA